ENTRE O SAGRADO E O URBANO: OS MONUMENTOS RELIGIOSOS NA CONSTRUÇÃO DE PALMAS, TO (1989 – 2018)

Between the sacred and the urban: religious monuments in the making of Palmas, TO (1989 – 2018)

Wesley dos Santos Lima*
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Alex Pizzio da Silva*
Universidade Federal do Tocantis (UFT)
DOI: 10.29327/256659.16.2-19

RESUMO:

O presente artigo é resultado da tese defendida em 2025. A pesquisa tem como objetivo identificar os principais monumentos religiosos construídos em Palmas, Tocantins, a última capital planejada do país, e analisar os sentidos e significados atribuídos a esses monumentos. Com base em pesquisas bibliográficas interdisciplinares, no uso do método fenomenológico e na análise semiótica, constatou-se que os principais monumentos religiosos da cidade foram erguidos durante os mandatos do primeiro governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, que esteve à frente do governo em quatro mandatos, sendo o primeiro entre 1989 e 1991, e o último entre 2011 e 2014. Nesse período, o referido político não apenas idealizou a construção desses monumentos, como também doou áreas públicas para sua edificação. Esse processo resultou em uma disputa ideológica pelo espaço urbano, conferindo maior visibilidade e acessibilidade a determinadas religiões em detrimento de outras.

Palavras-chaves: Cidade; Religião; Palmas, TO; símbolos religiosos.

* Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins. Realiza estágio Pós-Doutoral na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: profdrwesleylima@gmail.com.

* Doutor em Ciências Sociais (UNISINOS). Docente da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: alexpizzio@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A respeito da multiplicidade de significados que um mesmo monumento pode abarcar, encontram-se, em Palmas - Tocantins, edifícios e monumentos que portam sinteticamente valores e significados religiosos e, portanto, também políticos. Esses monumentos datam de uma história recente que ainda está sendo escrita, tendo em vista a curta temporalidade da fundação da cidade referida. De certo, a construção de monumentos com significados tacitamente religiosos encontra-se vinculada à produção e, portanto, à construção de uma memória material, seja individual ou coletiva, e de uma identidade que tenha um status popularmente reconhecido, no caso da identidade religiosa. Portanto, este artigo objetiva descrever os monumentos que apresentam sentidos religiosos imbuídos, com a identificação da localização espacial dessas construções no tecido urbano da cidade e das intenções políticas que porventura estiverem correlacionadas a estas formas simbólicas espaciais.

Para isso, neste estudo, o método empregado está pautado na construção do conhecimento com base na abordagem fenomenológica, bem como nos estudos da área da semiótica, capaz de interpretar os signos e seus significados. Acerca da fenomenologia, destaca-se que se compreende por caracterizar todo e qualquer estudo que abarque os fenômenos. A fenomenologia, está articulada à "noção de um fenômeno e a noção de experiência" (Cerbone, 2014, p. 13). Portanto, enquanto ciência dos fenômenos, na fenomenologia "o conhecimento provém da interface entre o que o mundo entrega ao sujeito e o que o sujeito entrega ao mundo, numa relação dialética, hermenêutica, intencional e intuitiva" (Marchi, 2015, p. 44).

Nesse sentido, por estar associada ao método fenomenológico e à sua natureza empírica de percepção sensorial e intencional, vincula-se também a este estudo a semiótica. Emergida no século XX e considerada a ciência humana mais jovem, a semiótica está relacionada aos campos da comunicação e da linguagem. Desse modo, sua caracterização está voltada para o entendimento de todo tipo de linguagem, "verbal ou não-verbal, constituída de símbolos, sinais, elementos arquitetônicos" (Rocha, 2003, p. 29). Quando comparada à fenomenologia, a semiótica diferencia-se porque "enquanto a fenomenologia observa todos os fenômenos e, através da análise, postula as formas ou propriedades universais desses fenômenos, a semiótica ou lógica tem por função classificar todos os tipos de signos logicamente possíveis" (Rocha, 2003, p. 71).

Assim, no intuito de desenvolver o emaranhado dessas questões, este artigo está fracionado em quatro tópicos, estes seguidos pelas considerações finais. No primeiro tópico, tem-se brevemente uma descrição do primeiro monumento erigido na cidade de Palmas, o Cruzeiro, seguida da apresentação do Monumento à Bíblia e do monumento Súplica dos Pioneiros. Inicialmente, os argumentos desdobram-se nos detalhes que esses monumentos possuem, pontuando-se o período em que estes foram construídos. Posteriormente, estabelecem-se algumas relações entre os sentidos desses símbolos e a criação de uma identidade religiosa palmense.

No segundo tópico, as reflexões e as descrições estão pautadas no monumento religioso da Catedral Católica do Divino Espírito Santo e da Praça Católica da Nossa Senhora de Fátima. Neste tópico realizam-se algumas considerações sobre a forte presença do catolicismo em solo palmense. Para isso, destaca-se o projeto urbanístico da cidade, que já previa a construção de um templo católico, e os embates que envolveram a construção desse templo em um espaço público que foi doado pela gestão governamental da época.

No terceiro tópico, discute-se a laicidade do Estado e a liberdade religiosa de que alguns grupos desfrutam em detrimento de outros, criando, assim, uma disputa ideológica de cunho religioso no tecido urbano da cidade. Já no quarto tópico, o debate é aprofundado teoricamente e consideram-se os apontamentos realizados por Corrêa (2018) no retrato do potencial desses monumentos a partir da localização em que estão situados. Assim, importa nesse tópico a realização de uma análise centrada no domínio simbólico que esses monumentos adquiriram no espaço urbano da cidade, associando-se a esta discussão as relações entre religião e política, e como estas duas esferas transitam num percurso ideológico contíguo.

SÍMBOLOS POLÍTICOS E RELIGIOSOS: MONUMENTO O CRUZEIRO, MONUMENTO À BÍBLIA E O MONUMENTO SÚPLICA DOS PIONEIROS

Durante o primeiro mandato como governador do estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos[1], eleito para o cargo por dois anos em função do pleito criado para ocupação de um mandato-tampão entre 1989 e 1991, realizou grandes feitos simbólicos no período em

[1] Com pouco mais de três décadas de sua fundação, o estado do Tocantins teve sete governadores à frente da administração estadual, sendo que destes a figura mais emblemática é a do primeiro governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, que comandou a política estadual por quatro mandatos, respectivamente: 1989 - 1991; 1995 - 1998; 1999 - 2003; 2011 - 2014.

destaque. A criação da capital, Palmas[2], sanciona sua autoridade política, por meio da qual logrou grandes feitos estruturais na tessitura historiográfica do estado. Resultante do projeto urbanístico desenvolvido pelo GrupoQuatro (Arquitetura Sociedade Simples Ltda), a capital do Tocantins se instala de modo definitivo no dia 20 de maio de 1989. Nesta data, tem-se o lançamento da pedra fundamental da cidade, fixada no espaço e programada para se tornar a futura Praça dos Girassóis[3]. Na ocasião em que se instalou a pedra fundamental, realizou-se também a celebração da primeira missa católica em solo palmense. Nesta celebração, ergueu-se uma Cruz e junto a esta a Primeira Missa foi realizada, vista como "o 'batismo espiritual' da cidade vindoura" (REIS, 2011, p. 114). Assim, "a missa foi rezada em torno de uma grande cruz de pau-brasil, com a presença 'exótica' de índios Xerente junto aos convidados oficiais e às pessoas da região" (Ibidem, p 117) (Figuras 1, 2 e 3). Tal acontecimento reuniu um grande contingente populacional — estima-se que cerca de 10 mil pessoas estiveram presentes na celebração inaugural.

Figura 1 - Palmas. Celebração da Primeira Missa e fixação do Monumento O Cruzeiro

Fonte: Jornal O Popular, 1989.

[2] Palmas, a capital do estado tocantinense, nasce em 1989, considerada a última capital criada no Brasil.

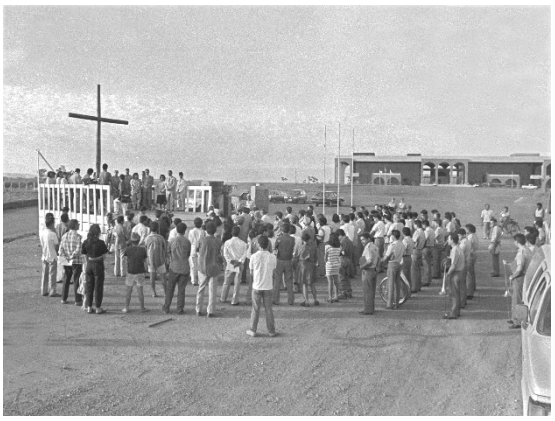
[3] A construção do espaço simbólico denominado de Praça dos Girassóis é considerada "o marco inicial da nova capital [...] (Grupoquatro, 1989a, p. 11), no qual as primeiras ações estruturais e simbólicas do primeiro governador do estado se perpetuariam. Com uma dimensão territorial de 571 mil m², a praça é considerada a maior da América Latina.

O local em que ocorreu a primeira missa preserva até a presente data o memorial do Cruzeiro, que foi considerado, "por meio do Decreto Municipal N° 22, de 29 de fevereiro de 2000, um patrimônio cultural tombado, obtendo, assim, seu valor cultural oficializado na capital tocantinense" (Lima, 2021, p. 53). Nas palavras de Brito (2010, p. 81) "o cruzeiro foi erguido para simbolizar a cristandade na criação de Palmas, religião homogênea". O Cruzeiro erguido em 1989 torna-se, então, um dos primeiros monumentos construídos durante a gestão de Siqueira Campos.

Figura 2 - Palmas. Celebração da Primeira Missa em solo palmense com o erguimento do Monumento o Cruzeiro em 1989

Fonte: Casa da Cultura, 2019.

Figura 3 - Missa Campal em comemoração ao aniversário de Palmas em 1991



Fonte: Secom, TO, 2020.

Nota-se que, apesar da novidade do nascimento da cidade, nada se tem de novo no ato inaugural, haja vista que a fixação de cruzeiros em espaços públicos das cidades brasileiras e, principalmente, em atos incipientes, tornou-se historicamente uma ação simbólica religiosa e expressiva socialmente. Acerca desse ato simbólico em torno de uma cruz, destaca-se a celebração da primeira missa ocorrida no Brasil após a chegada dos portugueses em 1500, na enseada de Coroa Vermelha, extremo sul do estado da Bahia, localizada entre Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Acerca disso, pontua-se que:

> conta-nos a História que a esquadra de Cabral saiu de Portugal com destino à Índia. Lá, pretendiam os portugueses comprar especiarias e comercializar outros produtos. Além dessa incumbência comercial tinham, também, como propósito, **implantar a religião cristã**. Afastados da costa para evitar as calmarias, a esquadra de Cabral perdeu o rumo e, atravessando o oceano Atlântico, chegou ao litoral brasileiro, pensando seus tripulantes terem chegado à Índia. Por isso, ao avistarem os habitantes naturais da terra, os chamaram de "índios". Ao desembarcar em terra firme, os soldados ostentavam

> uniformes coloridos e, muitos, carregavam suas armas. A tudo isso, os silvícolas assistiam ariscos e deslumbrados. **Logo, uma grande cruz foi erguida. Esta cruz foi feita pelos carpinteiros da esquadra, utilizando madeira da terra. Junto a ela foi colocado o escudo de Portugal e, em frente, armaram um altar coberto com toalha de renda portuguesa. Ali, em terra firme, seria rezada a primeira missa no Brasil e, para celebrá-la, foi designado o capelão da esquadra, Frei Henrique, da cidade de Coimbra**. Mansos e curiosos, os selvagens acorriam de todos os lados. Em torno, pela praia, por entre as moitas, sobre os galhos das árvores surgiam homens, mulheres e crianças totalmente nus. Silenciosos, assistiam à cerimônia, tentando, alguns, imitar os gestos dos brancos. **Após a cerimônia litúrgica, o almirante Pedro Álvares Cabral declarou portuguesa e cristã a terra que descobrira. Este episódio religioso foi o batismo cristão da terra brasileira [...]** (Morais, 1950, p. 36 – 37) [negritos nossos].

Salienta-se que, assim como em Coroa Vermelha - BA, tem-se em Palmas - TO, a fixação do monumento o Cruzeiro como artefato mnemônico da primeira missa ocorrida. A partir dessa cena, observa-se a continuidade da história, que foi, portanto, reescrita. Nesse aspecto, ao se fixar o monumento Cruzeiro e realizar a primeira missa no novo estado, houve, então, um simulacro, isto é, uma reprodução demonstrativa, que envolve as ações dessa celebração, o público presente e o objetivo almejado. Percebe-se, portanto, uma prática simbólica reiterada envolvendo religiosidade, mas carente de originalidade. Ademais, pode-se inferir que esta ação introduz uma demanda por modelar o imaginário social.

Portanto, a capacidade de controle de ideias e imagens, assim como apontando por Carvalho (2017, p. 11), "a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas". Isso porque ela desempenha um papel central na transformação durante períodos de transição ou ruptura, moldando percepções e comportamentos e contribuindo para a aceitação de novas práticas e realidades políticas e sociais.

Desse modo, os elementos religiosos e os discursos emitidos, de modo pertinaz, formam um lugar de memória cujas "[...] práticas se sustentam em ações passadas, de que se extraem símbolos capazes de legitimar as ações do presente, como se ali estivessem desbravando novas terras e tomando posse do lugar" (Reis, 2011, p. 114). Essa prática simbólica, em que a missa e a cruz marcam o início de uma nova cidade, determinou como o território seria ocupado e moldado. Nas palavras de Rosendahl (2013, p. 173), "o certo é que a posse do ter-

ritório é seguida de um ritual que simboliza o ato de criação. O território é ocupado e, dessa forma, consagrado, protegido e reconhecido pela comunidade".

Nesse sentido, Rodrigues (2019) tece ressalvas ao analisar o simbolismo do Cruzeiro e da celebração religiosa. Desse modo, considera-se que a realização da missa ocorrida em 26 de abril de 1500 é expressiva por consolidar a chegada dos portugueses como "ato fundante da nação brasileira, quais sejam, o próprio ato, celebrado por Frei Henrique de Coimbra" (Rodrigues, 2019, p. 13).

> Este objeto, a cruz, pode ter significações diferentes para pessoas diferentes. Sua conotação exprime valores subjetivos ligados ao signo, resultante da sua forma e da sua função. Para uns, o signo cruz tem a significação de sofrimento, de morte, para outros, de vitória, para outros, ainda, significação religiosa. Para os nazistas, a cruz suástica é o signo de sua ideologia política, mas, para os judeus, é o signo da tirania, do sofrimento, do terror. Para aborígenes da Amazônia, provavelmente, não quer dizer nada. Quanto ao valor de um signo, ele depende de seu entorno, isto é, do tempo e do espaço (Rocha, 2003, p. 32).

Observam-se, dessa forma, alguns elementos associativos entre a primeira missa ocorrida no Brasil e a primeira missa ocorrida em Palmas. A cruz e sua produção em madeira de pau-brasil (Figura 4) constituem o primeiro exemplo, seguido da presença de religiosos, mais especificamente de um líder católico para celebrar o ato, e da fixação de um objeto religioso que se consagra como um monumento pórtico dessas novas terras. Essa fusão simbólica robusta de carga simbólica provoca, portanto, reminiscências do "Brasil Colônia [...] a partir de seu conteúdo estético-celebrativo e mítico-político, na celebração da primeira missa, na imagem do cruzeiro" (Silva, 2010, p. 252). Por isso, a cidade se emerge a partir do entrelaçamento político e religioso. Dessa forma, destaca-se que no Brasil a Igreja Católica sempre "esteve presente como força determinante em todo processo de formação do Brasil e, sempre, como elemento de apoio e como reflexo do poder colonial" (Rutegers, 2014, p. 279).

Figura 4 - Palmas. Memorial da Primeira Missa, Monumento o Cruzeiro, e o mapa do Tocantins esculpido no monumento juntamente com a representação de duas mãos erguidas aos céus no seu centro

Fonte: Elaboração de Lima, 2022

Posteriormente ao evento com o Cruzeiro e durante a terceira gestão de Siqueira Campos como governador do Tocantins, em 10 de dezembro de 2000, foi instalado o Monumento à Bíblia. Trata-se do segundo monumento de cunho religioso fixado na cidade de Palmas e na referida praça. Sua localização está em frente ao Palácio Araguaia, no centro da Rosa dos Ventos — local identificado como o centro geodésico do Brasil. Essa forma simbólica, produzida em granito escuro, representa a parte superior de um corpo humano (um tronco), com cabeça e dois braços erguidos, sustentando alegoricamente uma bíblia. Na escultura, destaca-se um versículo bíblico: "Deus enviou seu Filho não para condenar, mas para salvar o mundo", retirado do livro de João 3:17 (Figura 5).

Acerca desse monumento, salienta-se a discrepância entre o público presente na celebração da primeira missa de Palmas, com o levantamento do Cruzeiro, e o na inauguração do Monumento à Bíblia, evidenciada por meio das palavras de Brito (2010, p. 81):

> diferentemente do cruzeiro, o monumento à Bíblia foi prestigiado por uma multidão de evangélicos, a maioria absoluta de pentecostais. Apenas o arcebispo, acompanhado por um padre e duas freiras, se fizeram presentes na inauguração. Foi realizado um culto de ação de graça pelo monumento à bíblia e uma expressão de agradecimento pelo reconhecimento à importância destes para a cidade. Este monumento foi feito no momento em que os principais veículos de comunicação propagavam Palmas como capital evangélica do Brasil. Alguma relação podemos tecer frente ao assunto, pois ao se construir um monumento no efervescer de uma discussão de Palmas capital evan-

gélica, criou-se uma resistência por parte do povo católico em aceitar o monumento como uma expressão apenas cristã; a este o monumento era para os evangélicos.

Figura 5 - Palmas. Monumento à Bíblia instalado a frente do Palácio Araguaia e no local considerado o centro geodésico do Brasil

Fonte: Elaboração de Lima, 2022.

Ademais, nas entrelinhas da edificação do Monumento à Bíblia, evidencia-se a necessidade de se agradar a população palmense. Se no início da cidade uma missa católica marcou seu nascimento, anos depois, um culto com presença massiva de evangélicos no ato celebrativo pela inauguração do referido monumento conotaria a indispensabilidade, por parte do primeiro governador, de se agradar "gregos e troianos", ou melhor, católicos e evangélicos. Desse modo, "[...] constitui-se a representatividade de religiões monopolistas hegemônicas em monumentos" (Anjos, 2017, p. 112).

Ato contínuo, em 18 de março de 2002 ocorre a fixação do Monumento Súplica dos Pioneiros. Assim como os outros dois monumentos destacados anteriormente, Súplica dos Pioneiros também se imbui de um alto valor representativo religioso, havendo também a presença marcante de uma autoridade política, que paira o esboço desse monumento. O monu-

mento em questão está representado por nove esculturas, estas que aludem a uma família de retirantes, sendo estes a figura paterna, a materna, seis filhos e um carneiro (TOCANTINS, 2013).

Chama atenção os apontamentos realizados por Bittecourt (2005, p. 3)[4] que interpreta que um dos pioneiros retratados no monumento representa o próprio ex-governador Siqueira Campos com sua família. Para Lima (2021, p. 57), das nove esculturas, "quatro personagens têm as mãos erguidas aos céus, como se estivessem fazendo referência ou agradecimento". A linguagem gestual desse monumento pode ser interpretada pelo viés religioso, uma vez que o ato de erguer as mãos aos céus possui um valor simbolicamente significativo no contexto bíblico e nas práticas de culto, tanto no catolicismo quanto no protestantismo.

Além desse fator, a localização desse monumento chama bastante atenção, pois, a partir de um determinado ângulo, a escultura com maior dimensão escalar, que seria a figura do pai, parece ostentar o Brasão do estado do Tocantins que está fixado acima do Palácio do Araguaia, sede do poder executivo estadual (Figura 6).

Para Silva, Rocha e Soares (2013), há uma opinião corrente acerca desse monumento que é compartilhada pelos sujeitos que residem em Palmas. É sobre uma nítida relação de cunho político para a criação de um monumento autorrepresentativo, e principalmente uma relação de cunho religioso, "a partir do momento em que as figuras significantes trazem compleição física semelhante a Siqueira Campos" (Silva; Rocha; Soares, 2013, p. 220).

Assim, os personagens entalhados como retirantes e interpretados como os pioneiros a chegar nessa nova terra que seria de Palmas, emolduram-se como figuras notórias e dignas de preservação (Figura 7). Tal ato fortalece a produção simbólica do espaço e, mais do que isso, elabora uma memória política na qual o então primeiro governador e sua família são fixados na historiografia oficial de criação capital e no imaginário social.

[4] No caderno Arte & Vida do *JTo,* com assinatura da jornalista Paula Bittecourt. Discussão já realizada por Anjos (2017).

Figura 6 - Palmas. Monumento Súplica dos Pioneiros, com destaque para o enquadramento do monumento, em que as mãos da escultura, atribuídas a Siqueira Campos, seguram o Brasão do Estado ao fundo e, acima, a bandeira do Brasil no mastro

Fonte: Elaboração de Lima, 2022

Figura 7 - Palmas. Monumento Súplica dos Pioneiros e, ao fundo, o Memorial a Primeira Missa, o Cruzeiro

Fonte: Elaboração de Lima, 2022.

O EDIFÍCIO MONUMENTAL DA CATEDRAL CATÓLICA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO E A PRAÇA CATÓLICA DA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

A presença da religião sob o espaço urbano de Palmas existe desde o planejamento da cidade, uma vez que em 1989 já estava prevista a construção de uma catedral católica no espaço simbólico da Praça dos Girassóis. De acordo com Reis (2011), o projeto arquitetônico da Catedral foi elaborado pelos arquitetos Ernani Vilela e Maria Luci, mas não foi concretizado, sendo posteriormente substituído por outro, o atual elaborado pelo arquiteto João Martins Doris Vilas Boas. O planejamento desse edifício simbólico não agradou parte da população religiosa de Palmas, inicialmente pelo fato da área ter sido doada pelo então governador, José Wilson Siqueira Campos, em seu segundo mandato político (1995-1998). A partir dessa doação do chefe do executivo, surge a Lei Estadual de N° 789, de 16 de novembro de 1995, que corrobora a doação do terreno e autoriza a construção da futura Catedral Católica do Divino Espírito Santo.

> Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar áreas urbanas de terras de propriedade do Estado, destinadas à edificação das sedes de órgãos da União e do Estado, da Catedral desta capital e da Federação Tocantinense de Futebol conforme o abaixo descrito: [...] **VII - à Paróquia São José (Para a Construção da Catedral de Palmas): o imóvel localizado na Praça dos Girassóis** na Quadra AASE com os seguintes limites e confrontações: em todo o seu entorno com áreas da Quadra AA-SE, possuindo área circular com raio de 66,00 m com centro cravado no ponto P1 de coordenadas

> N= 3873568,52461 e E=218.438,42624, distante 210,00 m do eixo da Avenida NS-2 e 212,99 m do eixo da Av. LO-1, descrevendo um perímetro circular de 414,69 m e área de 13.684,78 m² [...])TOCANTINS, 1995, p. 2) [negrito nosso].

A futura Catedral Católica (Figura 8) foi formulada para ter um local de destaque, já que a Praça dos Girassóis é apontada como "o marco inicial da nova capital do Tocantins" (Grupoquatro, 1989). Diante disso, "a construção do prédio tornou-se objeto de grande polêmica dentro da comunidade religiosa de Palmas, devido ao privilégio de sua localização na principal praça da cidade, servindo a apenas uma crença religiosa" (Reis, 2011, p. 157). Tornando-se uma religião expressiva na nova capital, o catolicismo foi sendo reforçado a partir de decisões políticas, tendo como consequência a mobilização social por parte de outros grupos religiosos, os quais, não satisfeitos com a doação do terreno, entraram na justiça com uma ação popular[5].

Figura 8 - Palmas. Edifício monumental da Catedral Católica do Divino Espírito Santo, em fase final de construção

Fonte: Elaboração de Lima, 2022

A ação popular, iniciada em 2004, questionava principalmente a laicidade do Estado, tendo como fundamento o Artigo 19, inciso I, da CF/88[6]. Nesse sentido, os autores da ação argumentavam que a localização da Catedral em um espaço público contrariava o princípio constitucional, uma vez que tal espaço deveria ser destinado exclusivamente à construção e

[5] Ação popular é uma ação constitucional que se refere ao Art. 5º, LXXIII, da CF/88: "qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência".

[6] "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público".

às atividades da administração pública. Entre as exigências da ação, destacavam-se o embargo das obras em andamento e a reparação por danos ao patrimônio público. Nas palavras de Silva (2016, p. 164):

> primeiramente, deve-se levar em consideração que, quando falamos de laicidade, estamos nos referindo à separação entre religião e Estado. Essa separação implica dizer que o Estado não é confessional. Não ser confessional significa não optar por uma religião específica. E não optar significa também não impor essa crença a todos os cidadãos. A segunda consideração é a de que o Estado não pode privilegiar nenhum grupo religioso, visto que são interesses do Estado e dinheiro público que estão em jogo.

Nesse aspecto, observa-se uma dimensão política que se interliga com a prática territorial da religião, conforme nos aponta Rosendahl (2013), posto que, apesar da caracterização do Brasil com um Estado laico, a religião sempre esteve além das esferas privadas. Isto é, o catolicismo como religião nacionalmente reconhecida sempre se fez presente nos espaços públicos, seja por meio de símbolos, práticas ou edificações: "de fato, o campo religioso brasileiro é marcado por uma hegemonia cristã, mas também apresenta diversidade religiosa" (SILVA, 2016, p. 164).

O resultado de tais insatisfações levou a doação do terreno a uma ação judicial. À vista disso, a ação popular movida contra a doação do terreno da Praça para a construção da Catedral foi julgada no início de 2016 (TOCANTINS, 2016). O Juiz da 4° Vara da Fazenda Pública da Comarca de Palmas julgou a ação como insustentável, alegando que a doação agradava boa parte da população de Palmas, sendo que essa se definia como uma maioria católica[7], acrescentando, ainda, que:

> [...] a laicidade do Estado não impede o mesmo de colaborar com as instituições religiosas por motivo de interesse público, conforme se infere da leitura completa do art. 19, inciso I, que, em sua parte final, ressalva tal possibilidade. 2.5 Embora seja questionável a doação de área disponível do Estado, situada na principal praça pública da cidade, para construção de uma catedral - justamente por envolver um tema longe de ser pacificado no âmbito jurídico - a referida doação, a meu ver, está imbuída de interesse público, uma vez que atendeu ao anseio da grande maioria da população, notadamente católica. Não se pode olvidar que o Brasil foi colonizado por um povo português, cuja cultura e religião estão aqui ainda fortemente arraigadas, tanto assim que, não raro, encontramos na principal praça pública das cidades brasileiras uma igreja ca-

[7] Disponível em: https://conexaoto.com.br/2017/04/03/justica-decide-que-terreno-foi-legalmente-doado-a-catedral-do-divino-espirito-santo-em-palmas. Acesso em: 07 jul. 2022.

> tólica construída. O Estado é laico, mas não se pode aplicar o direito longe de fatores históricos e culturais da sociedade, que devem ser considerados pelo magistrado na sua atividade jurisdicional, a fim de realizar a justiça. 2.6 Não se diga que o Estado, praticando o ato em tela, faz uma aliança com o catolicismo, de modo a infringir a laicidade estatal [...] (TOCANTINS, 2017, p. 7).

Assim sendo, a decisão do citado juízo valida que a discussão acerca da laicidade do Estado é ampla e por vezes pluralizada, o que abre margem para se considerar o que deve ou não ser desanexado quando o assunto é política, religião e espaço público. Com efeito, a predominância do catolicismo na capital tocantinense, além de estar presente no espaço simbólico da Praça central da cidade, também passou a ganhar os contornos da cidade. Em sequência, em agosto de 2014 inaugurou-se uma praça na quadra 308 Sul. Essa praça, nomeada de Praça do Santuário Nossa Senhora de Fátima – Via Sacra (Figura 9), foi construída no intuito de estimular o lazer e o turismo religioso na cidade, como também de compor o cenário religioso da quadra em questão, tendo em vista que a Igreja de Nossa Senhora de Fátima está a poucos metros da localização da Praça.

Figura 9 - Palmas. Santuário de Nossa Senhora de Fátima, 308 Sul

Fonte: Elaboração de Lima, 2022

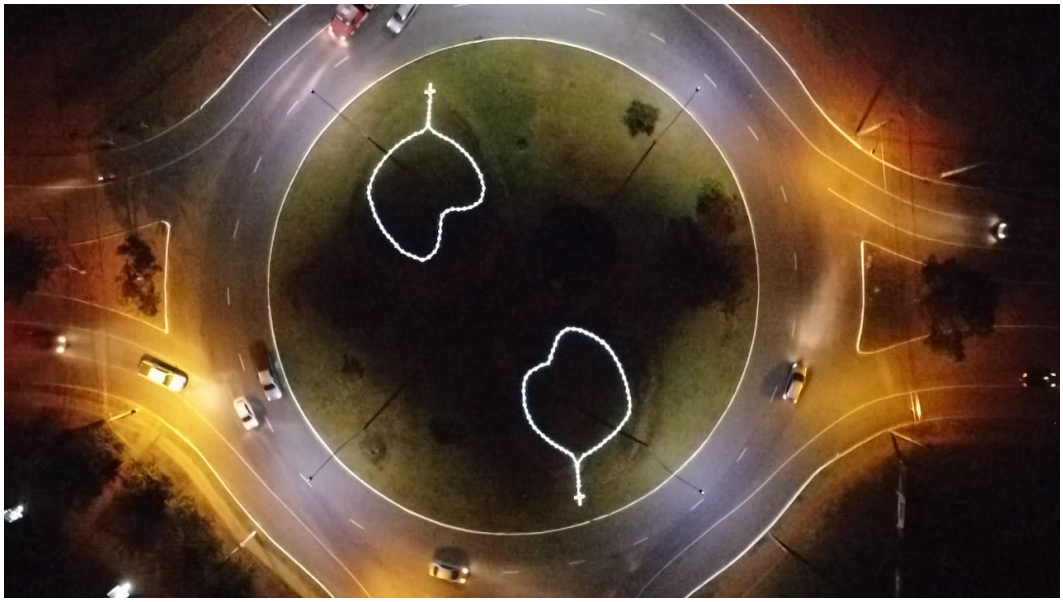
Importa salientar que a construção foi resultado da parceria entre a prefeitura e a empresa de Foz/Senatins (PALMAS, 2014) e sua inauguração deu-se após quatro meses da renúncia de Siqueira Campos ao cargo de governador. Desse modo, sob a gestão do prefeito Carlos Amastha e do governador Sandoval Cardoso, a Praça Católica foi estreada. O projeto arquitetônico da Praça conta com 14 painéis fincados no chão da praça, que aludem à Via Sacra de Jerusalém, caminho percorrido por Jesus Cristo até o calvário (Figura 10). Além desses, tem-se o santuário Nossa Senhora de Fátima, uma pequena capela com a imagem da Santa.

Figura 10 - Palmas. Painéis sacros na Praça de Nossa Senhora de Fátima

Fonte: Elaboração de Lima, 2022

Em decorrência da construção da Praça Católica, em 2018 constrói-se um enorme Rosário feito a partir de duzentos metros de cordão luminoso e que foi instalado no interior rotária ao lado da Praça. Após a instalação dos terços, a rotatória passou a ser chamada de "Rotatória dos Terços de Fátima" (Figura 11). Assim, o simbolismo e a representação do poder religioso católico sobre o espaço urbano da cidade de Palmas ratificam-se cada vez mais.

Figura 11 - Palmas. Rotatória dos Terços: Vista área entre as avenidas LO-05 e a NS-04.[8]



Fonte: Amilson Carlos, 2022

Dessa forma, a construção desses monumentos viabiliza que as discussões e as reflexões em torno destes sejam ramificadas, possibilitando a análise e a discussão dos significados e dos intuitos que permeiam essas formas simbólicas espaciais. Assim, analisa-se a seguir o campo de forças da religião e a disputa ideológica entre a espacialidade e visibilidade de templos religiosos, bem como, a questão da localização desses monumentos, evidenciando sua acessibilidade e visibilidade para os transeuntes, bem como se discute a laicidade do estado e as relações com os monumentos de cunho religioso, problematizando-se a construção identitária do povo palmense alusiva às religiões hegemônicas nacionais.

CATÓLICOS VERSUS EVANGÉLICOS: DISPUTA IDEOLÓGICA E SIMBÓLICA NO ESPAÇO URBANO DE PALMAS, TO

Considerando a espacialidade dos monumentos religiosos da cidade de Palmas, nota-se como estes foram edificados em espaços importantes da cidade. A centralidade e a grandiosidade ratificam a mensagem que estas produções monumentais religiosas querem reforçar e transmitir. Nos bastidores da configuração monumental que caracteriza os templos religiosos na capital tocantinense, é evidente a influência de ações políticas que se entrelaçam em momentos específicos. Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado na Catedral Católica do

[8] A instalação dos Terços ocorreu em 04 de maio de 2018.

Divino Espírito Santo, cujo terreno de construção foi adquirido mediante a iniciativa de doação promovida pelo primeiro governador. Paralelamente, algumas igrejas evangélicas também se beneficiaram de favores políticos concedidos por prefeitos e governadores.

Dentre os líderes políticos que se destacam por iniciativas que entrelaçam o âmbito político e religioso, destaca-se o ex-prefeito da capital tocantinense, Raul Filho, que, em 2006, empreendeu a doação de vários terrenos destinados à edificação de templos evangélicos. Por meio do Decreto N° 88, de 8 de maio de 2006, concedeu o direito real de uso de uma área urbana de 500,00 m² para a Igreja Pentecostal Brasa Viva, localizada na Quadra 407 Norte. Simultaneamente, por intermédio do Decreto N° 97, conferiu também o direito real de uso de uma área de 2.000 m² para a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo em Palmas, situada na Quadra Arso 31, no Plano Diretor Sul. Na mesma data, ocorreu a doação de uma área de 1.915,70 m² para a Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Ministério Madureira, sendo tal concessão publicada no Diário Oficial por meio do Decreto N° 291.

No ano subsequente, o ex-governador Marcelo de Carvalho Miranda concedeu a doação de uma área de terreno urbano com uma dimensão total de 549,51 m², por meio da Lei N° 1.870, de 20 de dezembro de 2007. Essa doação de área foi destinada à construção da Igreja Evangélica Congressional de Palmas.

Nota-se, portanto, que a presença da religião no espaço urbano de Palmas sempre esteve muito vívida, desde a sua criação. Tais concessões de terreno são questionadas por diversos setores da sociedade palmense, contudo, sem muito efeito para a revogação desses decretos. E, dessa forma, emoldura-se no espaço urbano um campo de forças que disputa, em certa medida, um público religioso no divisionismo entre católicos e evangélicos. Não obstante, essa disputa é percebida pela aproximação dos templos evangélicos e católicos e pela dimensão escalar desses edifícios monumentais.

Um exemplo notável disso foi a construção da Catedral Evangélica da Igreja Universal do Reino de Deus em Palmas, construída em menos de dois anos e considerada uma das obras mais relevantes da Universal no Estado do Tocantins. A Igreja Evangélica Universal do Reino de Deus foi inaugurada no dia 8 de setembro de 2019 e possui capacidade para mais de 1.700 pessoas, com uma área de 7 mil m², possuindo também estúdio de rádio e televisão. Destaca-se que entre os presentes no culto de inauguração estava a ex-prefeita da cidade de Palmas (2018 – 2024), Cinthia Ribeiro, acompanhada da Secretária de Desenvolvimento Soci-

al, Valquiria Rezende. Além delas, também esteve presente o prefeito de Gurupi, Laurez da Rocha Moreira[9] (UNIVERSAL, 2019). A Catedral Evangélica da Igreja Universal do Reino de Deus (Figura 12) em Palmas está localizada a uma distância de 1,8 km da Praça dos Girassóis, onde também está situada a Catedral Metropolitana Divino Espírito Santo, como já mencionado. Com isso, esses dois templos "são marcas no espaço geográfico, que transformam a paisagem e as dinâmicas socioespaciais" (Leite, 2019, p. 84). Assim, como afirmado por Braga (2013, p. 156), "a forma material mais visível de controle do espaço pelos grupos religiosos é o templo".

Figura 12 - Palmas. Edifício Monumental Catedral Igreja Evangélica de Palmas da Universal do Reino de Deus, na quadra 101 Norte, proximidades da Praça dos Girassóis

Fonte: Elaboração de Lima, 2022

Embora a proximidade desses dois edifícios monumentais religiosos seja passível de ser considerada uma mera coincidência espacial na trama urbana da cidade, é crucial recor-

[9] Laurez Moreira é o atual vice-governador do Estado do Tocantins para o mandato 2023 – 2026.

dar e destacar que, em Palmas, seus símbolos, sua identidade e seus monumentos foram deliberadamente concebidos. Nesse contexto, nada é natural, sendo todos esses elementos cuidadosamente moldados. A respeito da Catedral Evangélica da Igreja Universal do Reino de Deus, Leite (2019) tece algumas ressalvas:

> a articulação entre as práticas socioespaciais revela-nos como as Igrejas neopentecostais direcionam sua expansão demográfica, institucional e territorial e propaga sua mensagem religiosa. Tais eixos possuem articulação entre si, o que permite entender o modo como se expressam as estratégias, uma vez que possuem uma intencionalidade. Assim, o templo revela-se enquanto uma estratégia territorial, que só se consolida com a mídia, a rua e a política, elementos da territorialidade, que atuam simultaneamente. A Igreja Universal disputa hegemonia e, justo por isso, precisa alimentar e conectar práticas sociais da verticalidade [...] (Leite, 2019, p. 79).

É nessa circunstância que, ao situar os dois maiores templos religiosos do Estado do Tocantins e, por conseguinte, da capital, tem-se notoriamente uma disputa ideológica abarcada pela dimensão escalar que esses dois templos ocupam na cidade. Os edifícios monumentais religiosos se consagram dessa forma, como marcadores simbólicos do espaço que objetivam demarcar territorialidade e poder. Dessa forma, o templo da Universal do Reino de Deus na cidade de Palmas "consolida a representatividade simbólica, espacial e arquitetônica" (Leite, 2019, p. 83).

Sob a mesma ótica na qual a religião e a política se entrelaçam, é relevante salientar a ocorrência anual de um notável evento religioso na capital tocantinense desde 2015. Este evento, denominado "Capital da Fé", constitui uma significativa celebração gospel realizada durante o período de Carnaval. Anualmente, apresenta diversas atrações da música gospel brasileira, com a participação de artistas tanto evangélicos quanto católicos. Destaca-se como um evento de considerável proeminência no cenário religioso local, tendo sido instituído por meio da Lei N° 2.357, datada de 30 de outubro de 2017, quando o então prefeito Carlos Enrique Franco Amastha, em exercício na época, decretou a Semana da Promoção da Fé. Conforme estabelecido por esta legislação, a referida semana é programada para coincidir com os dias de celebração do feriado nacional de Carnaval no Brasil. Um dos propósitos primordiais dessa legislação consiste em promover a divulgação da cultura gospel e consagrar Palmas como a "Capital da Fé" por meio da realização de diversas atividades religiosas.

Ademais, por intermédio dessas ações que consistem em doar terrenos públicos para a construção de templos religiosos, tanto evangélicos, como católicos, nota-se a ratificação do poder político que molda os espaços urbanos da cidade e a sociabilidade dos sujeitos que ocupam. O evento, denominado "Capital da Fé", é mais um dos elementos políticos que objetiva determinar qual religião deve predominar, isto é, qual religião deve ser hegemônica.

A POLÍTICA LOCACIONAL DOS MONUMENTOS RELIGIOSOS

Dos monumentos descritos, acentua-se que quatro deles estão presentes na Praça dos Girassóis, local que possui visibilidade, acessibilidade e escala amplas, consideráveis. Para Corrêa (2018), as formas simbólicas espaciais são concebidas com o objetivo de fornecer mensagens direcionadas para grupos específicos. Nesse aspecto, para a instalação de monumentos em locais de ampla visibilidade, considera-se, entre outros fatores, a importância dada ao local; se este foi palco de uma alguma celebração histórica; se é um marco referencial; ou se "[...] é considerado adequado ou eficaz para a celebração, contestação ou memorialização, ou ainda [se] porque o local já é dotado de algum atributo simbólico que valorizaria os objetos simbólicos fixos [...]" (Corrêa, 2018, p. 228).

Além disso, observa-se que esses monumentos foram edificados e instalados na referida praça durante as gestões do primeiro governador, José Wilson Siqueira Campos. A Praça Católica Nossa Senhora de Fátima foi a única construção de caráter religioso erguida após esse período político. Outro lado acerca da presença dessas formas simbólicas em locais públicos trata-se de um entrave ideológico que perpassa o campo da laicidade e do lugar da religião no espaço urbano, ao pontuar-se sobre a presença de uma religião hegemônica nos espaços públicos da cidade de Palmas, qual seja: o catolicismo.

Nesse sentido, a mais nova capital do Brasil, com uma população de 302.692 mil habitantes[10], soma um contingente de mais de 124 mil devotos ao catolicismo, sendo a religião com mais adeptos e predominante na capital do estado. Em segunda escala, acrescem-se os adeptos do evangelismo, somado quase 75 mil fiéis, de acordo com o último Censo de 2022.

A quantidade expressiva de religiosos, adeptos ao cristianismo, valida, pois, uma forte corrente simbólica que fora instaurada na cidade. Evidentemente, os símbolos do catolicismo

[10] IBGE, Censo de 2022.

foram instaurados de modo preeminente. Esse encadeamento no qual a religião impregna os espaços públicos fornece um amplo debate que busca determinar de modo efetivo a separação entre política e religião.

De certo, observa-se a normalidade com que esses símbolos foram amplamente aceitos pela comunidade geral. Símbolos que são reconhecidos, como a cruz, a bíblia e santuários tiveram uma aceitação em torno dos significados e da relevância social que se normalizou. Dito isso, questiona-se a ausência de outros símbolos religiosos em espaços públicos para além das simbologias empregadas no cristianismo (no caso do Monumento à Bíblia). Em outros termos, será que a presença de monumentos religiosos de matriz africana seria amplamente aceita como estes? Ou melhor, teriam esses a fixação em locais privilegiados da cidade?

Nesse aspecto, os embates transcorrem nessa conjuntura que envolve, acima de tudo, o papel do Estado como uma instituição descentralizadora de decisões que possibilitam ou não a edificação de monumentos religiosos em espaços públicos da cidade. Atenta-se ao fato de que a presença de monumentos religiosos que aludem a uma única crença indica, de modo representativo, uma luta por espaços de poder, ao se considerar que a formação religiosa e a matriz cultural da nação brasileira, desde a colonização, estiveram calcadas no catolicismo.

Percebe-se que, "em algumas cidades onde o poder público construiu algum monumento, seja este alusivo à Bíblia, à imagem de Cristo, à Cruz, à Iemanjá, a Oxum, costuma haver reivindicação de outros grupos para a obtenção do mesmo direito de expor suas imagens" (SILVA, 2016, p. 160). Essas reivindicações colocam o plano do simbólico numa dimensão de luta espacial, isto é, os símbolos são reivindicados nos espaços da cidade para que se sobreponham ou mesmo aludam o poder religioso de crenças e grupos. De certo, essas representações podem determinar o grau da religiosidade de um determinado lugar, criando e estabelecendo itinerários simbólicos nos quais as práticas religiosas são concretizadas por celebrações, missas e encenações bíblicas, tal como ocorre na Praça do Santuário Católico Nossa Senhora de Fátima.

Segundo os estudos elaborados por Rosendahl (2012), Giumbelli (2014) e Corrêa (2018), a religião irrompe os espaços públicos da cidade e está presente no cotidiano dos ci-

dadãos, seja em praças ou ruas, locais abertos ou fechados. Isso implica dizer que o sagrado e o religioso adquirem dimensões que vão além da religião, transcorrendo a esfera econômica e política. Nesse aspecto, poderíamos argumentar que a religião está fora do lugar, quer dizer, "está invadindo a esfera pública que deveria ser autônoma com relação às crenças" (MONTERO, 2009, p. 8).

Assim, observa-se que, na cidade de Palmas - TO, a religião esteve presente desde a sua fundação, sendo sua permanência gradativamente ratificada nas primeiras décadas. Os símbolos, monumentos, ritos e a política local se entrelaçam nessa constante interação entre o sagrado e o urbano, conferindo à cidade uma aura político-religiosa por meio de seus edifícios, monumentos e praças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas nesse estudo corroboram o argumento central de que o poder político articulou a produção simbólica de monumentos que reforçassem uma identidade religiosa. Dos cinco monumentos mencionados e analisados, isto é: o monumento o Cruzeiro; Monumento à Bíblia; Monumento Súplica dos Pioneiros; o edifício monumental da Catedral Católica do Divino Espírito Santo; e a Praça Católica da Nossa Senhora de Fátima; somente esta última, como observado, não está localizada no espaço simbólico da Praça dos Girassóis, lugar considerado a maior expressão política sob o comando do primeiro governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, bem como apenas a Praça Católica não foi edificada durante a gestão política de Siqueira Campos.

Esses monumentos, portadores de potentes cargas simbólicas religiosas e, por vezes, políticas, se instauraram, como se observou, em espaços privilegiados da cidade. Nesse aspecto, verificou-se como a fixação de formas simbólicas está vinculada a uma política locacional, que visa, entre outros objetivos, que os monumentos erguidos sejam visíveis e facilmente acessíveis para a comunidade. Essa acessibilidade locacional desperta olhares e vislumbres que fazem dessas produções simbólicas ícones de demarcação geográfica no território, pois por meio delas há referências e estabelecimento de itinerários. Desse modo, os monumentos obtêm êxito em seus propósitos pretendidos, o de produzir significados e o de estabelecer relações de pertencimento e de identidade religiosa.

Além disso, a elaboração desses monumentos religiosos em um território novíssimo indica que as ações do primeiro governador durante seus mandatos políticos estavam baseadas na necessidade de se produzir símbolos que despertassem algum sentimento de pertencimento na nova cidade que acabava de se erguer. Não por acaso, o Cruzeiro é considerado o primeiro monumento erguido e marcado pela carga simbólica a ele relacionada e nele reconhecida. Com isso, também se observou que os símbolos religiosos da cidade de Palmas são atos políticos que afirmam a predominância de sujeitos do passado e a permanência desses mesmos sujeitos no devir da cidade. Essa continuidade com o passado garante que os atos políticos que promoveram a idealização dos monumentos religiosos estejam sempre vinculados a grupos políticos específicos.

Portanto, tem-se uma hegemonia simbólica religiosa, construída e fixada para o futuro da cidade e para a memória de seus habitantes, associada principalmente aos atos de José Wilson Siqueira Campos. Ressalta-se que, além desses monumentos instalados com a carga simbólica religiosa, outros monumentos de caráter cultural, identitário e político também foram construídos durante os mandatos do primeiro governador.

REFERÊNCIAS

ANJOS, A. C. C. **Do girassol ao capim dourado:** apropriação e ressignificação de elementos naturais na narrativa identitária do Estado do Tocantins. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

BITTECOURT, P. Estátua desaparecida está de volta à praça. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 30 out. 2005. Caderno Arte & Vida.

BRAGA, D. F. **Pentecostalismo e Política:** uma geografia eleitoral dos políticos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro – 2000 a 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRITO, E. P. Construir Palmas? uma análise da construção da capital do Tocantins. **Ateliê Geográfico,** v. 4, n. 4, Goiânia, 2010, p. 74–90. Disponível em: https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/16696, acesso em 20/02/2023.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CASA DA CULTURA DE PALMAS. Palmas. **Celebração da Primeira Missa em solo palmense com o erguimento do Monumento o Cruzeiro em 1989 e Missa Campal em comemoração ao aniversário de Palmas em 1991.** Fotografia. Palmas, 2019.

CERBONE, D. **Fenomenologia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORRÊA, R. L. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

GIUMBELLI, E. **Símbolos religiosos em controvérsias**. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GRUPOQUATRO. Projeto da capital do estado do Tocantins: plano básico/memória. **Palmas: Governo do Estado do Tocantins**; Novatins, 1989.

IBGE. **Censo – Amostra**, Religião. 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/pesquisa/23/22107?tipo=ranking&indicador=22423&ano=2010. Acesso em 17/07/2022.

LEITE, L. C. F. **O plano de poder da Igreja Universal do Reino de Deus:** estratégias territoriais da expansão neopentecostal no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2019.

LIMA, W. S. **Formas simbólicas espaciais:** os monumentos na Praça dos Girassóis em Palmas, TO. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Geografia, Porto Nacional, 2021.

MARCHI, L. B. **Pontes da passagem:** por uma fenomenologia do lugar. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

MONTERO, P. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 13, n. 1, 2009, p. 7–16. Disponível em: https://journals.openedition.org/etnografica/1195, acesso no dia 26/05/2023.

MORAIS, J. B. Leitura amena. In: GASTAL, M. L. **Estudos Sociais e Naturais**. 4. ed. Porto Alegre: Selbach, 1950. p. 36–37.

O POPULAR. **Palmas. Celebração da Primeira Missa e fixação do Monumento O Cruzeiro**. Fotografia. O Popular, Palmas, 1989.

PALMAS. Praça Nossa Senhora de Fátima é entregue aos moradores nesta quinta, 14. **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos**, 2014. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/praca-nossa-senhora-de-fatima-e-entregue-aos-moradores-nesta-quinta-14/12421/, acesso em 07/07/2022.

REIS, P. O. B. **Modernidades tardias no cerrado:** discursos e práticas na história de Palmas – TO (1990 – 2010). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2011.

ROCHA, L. B. **O centro da cidade de Itabuna:** trajetória, signos e significados. 1. ed. Ilhéus – BA: Editora da UESC, 2003.

RODRIGUES, P. I. M. G. **Porto Seguro como território identitário nacional:** começos e recomeços da memória indígena. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória e Sociedade, Vitória da Conquista, 2019.

ROSENDAHL, Z. O sagrado e sua dimensão espacial. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço** . 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 73–100.

ROSENDAHL, Z. Território e territorialidade: uma proposta geográfica para o estudo da religião. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: uma antologia**. Vol. II. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 169–187.

RUTEGERS, J. A importância da Igreja, como instituição, no quadro do poder político no Brasil. In: TOSI, G.; FERREIRA, L. F. G. (Orgs.). **Brasil, violação dos Direitos Humanos – Tribunal Russel II**. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO TOCANTINS (SECOM-TO). **Palmas. Celebração da Primeira Missa em solo palmense com o erguimento do Monumento o Cruzeiro em 1989 e Missa Campal em comemoração ao aniversário de Palmas em 1991**. Fotografia. Palmas, 2020.

SILVA, C. A. Símbolos religiosos em espaços públicos: para pensar os conceitos de laicidade e secularização. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, v. 19, n. 2, Juiz de Fora, 2016, p. 154–173. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/issue/view/930, acesso no dia 07/07/2022.

SILVA, E. M.; ROCHA, L. V.; SOARES, S. R. Uma praça e "seus girassóis": as narrativas imagéticas da história de Palmas. In: COSTA, C.; BUITONI, D. S. A. (Orgs.). **A cidade e a imagem**. 1. ed. Jundiaí – SP: In House, 2013, p. 207–227.

SILVA, V. C. P. **Palmas, a última capital projetada do século XX:** uma cidade em busca do tempo. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

TOCANTINS. Lei N° 789, de 16 de novembro de 1995. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar áreas urbanas nesta capital a diversos órgãos da União e do Estado, para a construção da Catedral de Palmas – TO. **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**. Disponível em: http://www.al.to.leg.br/arquivo/7043, acesso em 07/07/2022.

TOCANTINS. Secretaria de Estado de Cultura. Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história. **A Praça dos Girassóis**. Palmas – TO, 2013.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça. Sentença. 5000391-62.2004.827.2729. **4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Palmas**. Juiz Substituto Vandré Marques e Silva. E-Proc-1, evento 44, 2016.

UNIVERSAL. Catedral da Universal é inaugurada em Palmas, no Tocantins. **Universal.org,** 8 set. 2019. Disponível em: https://www.universal.org/noticias/post/catedral-da-universal-e-inaugurada-em-palmas-no-tocantins/, acesso em 31/05/2022.

ABSTRACT:

This article is the result of the thesis defended in 2025. The research aims to identify the main religious monuments built in Palmas, Tocantins, the last planned capital in Brazil, and to analyze the meanings and significance attributed to these monuments. Based on interdisciplinary bibliographic research, the use of the phenomenological method, and semiotic analysis, it was found that the city's main religious monuments were erected during the terms of the state's first governor, José Wilson Siqueira Campos, who held office for four terms, with the first from 1989 to 1991 and the last from 2011 to 2014. During this period, the aforementioned politician not only envisioned the construction of these monuments but also donated public land for their establishment. This process resulted in an ideological dispute over urban space, granting greater visibility and accessibility to certain religions to the detriment of others.

Keywords: City; Religion; Palmas, TO; Religious symbols.

Recebido em 10/05/2025

Aprovado para publicação em 04/06/2025